

Paraná terá câmara de compensação para economizar recursos do Estado

por Valério Fabris
de Curitiba

O governo do Paraná vai tentar resolver o problema de receber menos pelo que aplica e pagar mais pelos recursos que capta no mercado. Tomadores e aplicadores do governo estadual passarão a operar com taxas iguais e num fluxo financeiro fechado, de modo a evitar distorções.

Por exemplo: de um lado, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) aplica Cr\$ 10 bilhões em um mês, recebendo de 10 a 12% sobre a correção monetária (poderia ser uma aplicação no mercado aberto para financiamento de títulos públicos, que está rendendo percentual aproximado). De outro, o Banco de Desenvolvimento do Estado (Badep) toma emprestado outros Cr\$ 10 bilhões, pagando de 24 a 25% ao ano acima da correção (custo médio de uma operação de capital de giro

contratada nos bancos de investimento).

DESENCONTRO

Há, portanto, um desencontro de taxas que acaba onerando as finanças públicas, e a fórmula imaginada pelo governo do Paraná para igualar essas taxas envolve uma câmara de compensações que vai canalizar todas as operações de crédito e aplicações de curto prazo das empresas do estado para a corretora do Banestado, do conglomerado estadual. O anúncio da criação dessa câmara foi feito ontem por João Eliseo Ferraz de Campos, vice-governador e também secretário das Finanças do Paraná, ao comunicar a instalação da Junta de Administração Financeira.

Trata-se de um colegiado do qual participam, segundo informou Romar Teixeira Nogueira, coordenador da Secretaria de Finanças, instituições como Badep, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

(BRDE) e outros organismos. Como o Paraná não dispõe de títulos da dívida pública, o mecanismo imaginado deverá servir para regular os fluxos de poupança e empréstimo.

"Através do colegiado procuraremos evitar que órgãos públicos busquem recursos no mercado ao mesmo tempo que outros aplicam, certamente com uma diferença de taxas em prejuízo das finanças públicas", explicou João Eliseo Ferraz de Campos para 1.200 pessoas, a maioria empresários, em palestra na seção regional da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB).

COLEGIADO

O colegiado reúne-se, na próxima quinta-feira, para detalhar a forma de funcionamento da câmara de compensações. A idéia, no entanto, conforme expôs Teixeira Nogueira, é que se pratique, paradoxalmente, um "open market" fecha-

do. Os Cr\$ 70 bilhões aplicados mensalmente pelos diversos órgãos e empresas do governo paranaense, aproveitando folgas de caixa, fluirão à corretora. Em contrapartida, a demanda por crédito de curto prazo gira ao redor de Cr\$ 30 bilhões. A corretora Banestado, como destacou Teixeira Nogueira, será ressarcida dos seus custos operacionais, sem, todavia, obter lucro.

A possível folga de Cr\$ 40 bilhões deve ser encaminhada ao Banco do Estado do Paraná (Banestado) para financiamento de capital de giro a pequenas empresas. O coordenador da Secretaria de Finanças desconhece a prática de tal sistema nos estados que não possuem títulos da dívida pública. Os estados que têm esses títulos, por outro lado, vêm usando-os mais para fazer crescer o endividamento do que para racionalizar o fluxo de poupança.